



Press Release

Comprovativo da entrada de participação crime contra titulares de cargos políticos

O Movimento Revolução Branca convida-o a consultar em www.mrb.pt (comunicados), o comprovativo da entrada de PARTICIPAÇÃO CRIME, contra Incertos, pelo crime de TRAIÇÃO À PÁTRIA.

O presente acto é um grito de cidadania, de um vasto grupo de cidadãos que deseja ser informado, cabalmente sobre se existiu, ou não, responsabilidades dos titulares dos cargos políticos, no desfecho catastrófico para Portugal: a imposição do Memorando da Troika.

Tal memorando, configura uma real perda de soberania para Portugal como Nação, estipulando a Lei que tal perda de soberania pode ser criminosa, se existir responsabilidade dos titulares dos cargos políticos em tal desfecho. A presente participação visa esclarecer exatamente isso, respondendo aos mais íntimos anseios vividos por milhões de Portugueses.

Trata-se de um acto de cidadania, dentro do Estado de Direito, que é Portugal, que não tem paralelo no país ou na Europa democrática do pós-guerra, pois é inexistente qualquer participação crime por Traição à Pátria, em tempo de paz, e por factos não relacionados com situações de guerra.

Estamos seguros que esta atitude responde ao sentimento de milhões de Cidadãos portugueses, que se revêem neste tipo de combate cívico e que se enquadra na missão e objectivos definidos para este Movimento.

Com esta atitude, não visamos fomentar qualquer sentimento de vingança ou "caça às bruxas" em relação à classe política.

Antes desejamos que se separe o trigo do joio dentro da mesma, isto se tal joio existir, o que deve ser feito por quem de direito: o Ministério Público e os Tribunais.

Tal esclarecimento, seguramente, contribuirá para aumentar a credibilização dos titulares de cargos políticos junto dos Cidadãos, bem como será o garante, pleno, da existência de uma verdadeira democracia em Portugal.

PNP

José Nuno Pereira Pinto
pereirapinto-1702p@adv.oa.pt
Advogado e Canonista

PEREIRA PINTO
SOC. DE ADVOGADOS
Reg. O. A. n.º 17/95 NIF: 505 738 256 O PENAL DO PORTO
(D. I. A. P.)

11 JUL. 2012

Registado no Livro ____ fls. ____ sob o n.º ____
O Secretário da Justiça, _____

Pedro Nuno N. Pereira Pinto
pnpereirapinto-5185p@adv.oa.pt
Advogado

EXMO. SR. PROCURADOR DA GERAL DA REPÚBLICA:

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO REVOLUÇÃO BRANCA, pessoa colectiva n.º 510 307 868, com sede social na Rua Padre Manuel Bernardes, 262 – 4435 Rio Tinto, aqui representada pelo seu Presidente da Direcção Dr. Paulo Jorge Alves de Melo Romeira, -----
----- Vem apresentar **PARTICIPAÇÃO CRIME**, pelo crime de **TRAÍÇÃO À PÁTRIA**, p. p. no Art. 308º do C. Penal e Art. 7º da Lei 34/87 de 16 de Julho, -----
----- **Contra INCERTOS**, nomeadamente aqueles que **EXERCERAM CARGOS POLÍTICOS COM FUNÇÕES DE DECISÃO, PODER SOBERANO OU EXECUTIVAS ENTRE O ANO DE 1998 E O DIA 17 DE MAIO DE 2011**, e que se venha a apurar tenham comprovadas responsabilidades no estado de perda de Soberania em que Portugal se encontra, -----
----- Nos termos e com os fundamentos seguintes:

I

1º

Estipula o Art.º 7º da Lei 34/87 de 16 de Julho, que comete o crime de Traição à Pátria “o titular de cargo político que com flagrante desvio (...) das suas funções (...) ou com grave violação dos inerentes deveres, ainda que por meio não violento nem de ameaça de violência (...) submeter a soberania estrangeira, o todo ou uma parte do território português, ofender ou puser em perigo a independência do País.”

2º

Ressalta da Constituição da República Portuguesa que os deveres inerentes aos titulares dos cargos políticos assentam, todos eles, num conceito universal de Boa Governação.

3º

Ou seja, os deveres inerentes a qualquer cargo político visam todos eles um fim universal e último: a boa governação dos bens e recursos públicos em exclusivo benefício do Povo, da Nação, de todos nós.

4º

Desta feita, a Boa Governação, não é um conceito vago, obscuro ou inexistente. Antes é um conceito universal, definido internacionalmente por uma série de instituições credíveis, independentes e isentas.

5º

O Banco Mundial, entre outras instituições, define os critérios mínimos da “good governance”, boa governação, que devem ser respeitados pelos Estados, personificados naqueles que exercem cargos políticos de governação. Tais critérios são a responsabilidade, a transparência, o Estado de Direito e a pluralidade.

6º

A própria União Europeia, e segundo José Mouraz Lopes, define de uma forma simples, mas suficientemente clara, a *governance* (governação), como «o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder a nível europeu, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia».

7º

E, aprofundando o conceito de boa governação, eficiência e eficácia, recorrendo a um enquadramento na Ciência Política temos:

“A decisão política, em qualquer tipo de regime, tem como objectivo melhorar a capacidade de solucionar problemas. Uma ordem política que não providencia aos seus cidadãos os instrumentos de salvaguarda do bem-estar, que não resolve os seus problemas, que não desempenha bem as suas funções de regulação dos problemas sociais, será sempre considerada ilegítima, independentemente do modo democrático como sejam tomadas as decisões ou de quão aberto seja o processo de decisão à participação dos cidadãos.”

SOUSA, Luís; TRIÃES, João (2008). *Corrupção e os Portugueses – Atitudes, Práticas e Valores*, RCP Edições

8º

Assim, encontramos 5 princípios básicos da Boa Governação, assentes pelas mais altas instâncias internacionais:

Responsabilidade: obrigatoriedade de cumprir princípios e deveres derivados de um cargo, assunção das consequências dos actos praticados;

Transparência: carácter do que deixa transparecer toda a realidade das coisas, do que exprime a verdade de um facto ou acontecimento sem o alterar;

Coerência: ligação, harmonia lógica, nexos entre os diversos elementos de um conjunto de factos;

Eficiência: relação entre os resultados obtidos e os recursos utilizados;

Eficácia: medida em que as actividades planeadas foram realizadas e conseguidos os resultados planeados.

9º

É inquestionável que qualquer exercício de poder político e público de governação tem que respeitar escrupulosamente tais princípios de “good governance”, sob pena de, não o fazendo, violar dolosa e gravemente os deveres inerentes a essas mesmas funções.

10º

Ou seja, os vários titulares de cargos políticos no desempenho das suas funções constitucionais têm que conformar e adequar as suas atitudes aos supra referidos princípios universais de “Good Governance/Boa Governação”, sob pena de estarem a desviarem-se dos fins das suas funções e a violarem gravemente os deveres inerentes às mesmas.

11º

Sabe-se, agora, sendo um facto público, notório e ostensivo, que pelo menos desde finais da década de 90 do século passado os poderes políticos e órgãos de soberania com responsabilidade na condução do País, estavam a ignorar as mais básicas regras de boa governação, tendo sido alertados para o facto por sinais internos dos organismos de controlo das contas do Estado e suas finanças públicas.

12º

Tais sintomas deixaram, há cerca de dez anos atrás, de ser meras suspeitas, para se tornarem em realidade, objecto aliás de chacota popular, quando em Abril de 2002 um então primeiro-ministro, num debate na Assembleia da República aquando da discussão do Programa do Governo diz: " O País está de tanga!".

13º

Há 10 anos atrás, portanto, toda a classe política portuguesa tinha conhecimento que o País estava na "penúria", sem dinheiro, e tanto sabiam, muito bem e muito melhor que todos nós a real dimensão do problema, pois que se apressaram a dizer em Outubro de 2002 que, mais que tanga, o país estava de "fio dental".

14º

A verdade, porém é que nenhum político ou titular de cargos políticos com poderes de decisão, tomou qualquer real medida para resolver uma situação, sabe-se agora, que já impunha uma dramática mudança de rumo para Portugal.

15º

Ao invés continuou a classe política a servir os Partidos Políticos e seus fiéis seguidores, obliterando-se cada vez mais e de forma que se tornaria irremediável, o futuro de Portugal como Nação Soberana, desprezando-se o futuro inteiro de gerações.

16º

Sem embargo, desde então, de forma cíclica, reputados e menos reputados, professores de economia, gestores e políticos perderam-se em argumentos e contra argumentos sobre se se estava ou não a seguir o rumo certo, revelando-se porém, salvo raras e mais que honrosas excepções, nesses argumentos preocupações com os interesses particulares e a satisfação de necessidades de grupos e nunca a real satisfação nas necessidades dos cidadão e dos interesses do Estado.

17º

O facto é que nenhum político teve a vontade de mudar o rumo em que Portugal se encontrava. E esta falta de vontade é óbvia, pois partindo do pressuposto que não temos políticos acéfalos, todos aqueles com capacidade de decisão, não só tinham a obrigação de saber, como sabiam muito bem o rumo que tínhamos e, necessariamente, para onde ele fatalmente nos levava, mas conscientemente nada fizeram de útil para alterar as coisas.

18º

Nos últimos 15 anos e especialmente nos últimos 12, assistimos todos nós, enganados por uma realidade conscientemente deturpada por todos os titulares de cargos políticos com capacidade de decisão, a uma consciente violação dos deveres inerentes às funções daqueles que até 2011 estiveram à frente dos destinos do nosso País, os quais e que sem qualquer respeito pelas consequências que a Nação sofreria, visaram com as suas atitudes, interesses que não o bem comum sendo orientados por princípios que não de boa governação.

19º

E tais atitudes foram negadas, escondidas e omitidas por esses mesmos sujeitos, ano após ano, ciclo após ciclo, valendo tudo para conscientemente se mascarar a real dimensão da tragédia que se adivinhava: o colapso económico-financeiro do País.

20º

Isto até que um dia em Abril de 2011, um Sr. Ministro das finanças diz, candidamente que afinal Portugal só tem dinheiro para pagar salários aos funcionários públicos até Maio daquele ano...

21º

Tal catástrofe deu-se porque quem teve capacidade de decisão no País, conscientemente desviou o exercício das suas funções para outros fins que não os do Bem da Nação e do Povo, num ostensivo desrespeito pelos deveres inerentes às funções que desempenhava.

22º

Tudo com uma consequência à vista de todos, inegável, indesmentível, ostensiva: Portugal solicitou um pacote de ajuda externa que implicou uma real perda de soberania.

23º

A 17 de Maio de 2011, é assinado pelo Governo em gestão (!) de então e com o beneplácito dos dois maiores partidos da oposição, um memorando de entendimento de Portugal com três instituições internacionais, o vulgarmente chamado Memorando da Troika, que tem porém como título claríssimo: Memorando de Entendimento sobre as condicionantes de Política Económica.

24º

É de gravidade extrema e imperdoável Portugal ter chegado a um ponto onde tem de abdicar publicamente de parte da sua soberania, a económica, para nos recuperarmos de actos dolosos e criminosos de quem nos governou.

25º

O existirem condições para o exercício da nossa política económica é uma real perda de soberania da Mãe Pátria a uma entidade estrangeira: um Troika composta pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

26º

E não se argua que Portugal tem o poder de, soberanamente, recusar o acordo firmado com tal Troika. De direito tem esse poder, não o tem de facto sob pena de se remeter à miséria milhões de Portugueses, que nada mais fizeram do que trabalhar, ser produtivos e acordarem, um dia, enganados, roubados e escravizados.

27º

Essa ultima soberania, essa dignidade, esse grito de revolta também nos foram espoliados.

28º

Portugal é, economicamente um regime de protectorado da União Europeia, Fundo Monetário internacional e Banco Central Europeu. Tal é facto público e notório assente por todos.

29º

Tal implica uma real perda de soberania sobre a Mãe Pátria e coloca em risco a total independência do País.

3

30°

È que a independência revela-se na soberania que é una e indivisível. (Art. 3 da C.R.P.) Logo sendo afectada uma parte de si, o seu todo é igualmente afectado, deixando tal independência de existir.

31°

Tal é um facto público notório, aceite e afirmado por vários actores da vida económica política e social.

32°

Ora um País que vive num regime de protectorado, não é um País totalmente soberano e totalmente independente. O próprio Direito Internacional Público assim o reconhece e postula.

33°

Essa perda de soberania e independência é criminalmente relevante, tem de ser criminalmente relevante para aqueles que a provocaram com as suas políticas conscientemente orientada, não para o fim do bem Público mas para o benefício de alguns com prejuízo de todos.

34°

O exercício dos cargos políticos visa garantir a soberania do País, a única forma de se garantir a independência nacional, pois só um Estado soberano é independente, e só é independente aquele que é soberano, que decide por si.

35°

È publico e notório que aqueles que ocuparam tais cargos nos últimos quinze anos, não respeitaram, com total culpa e responsabilidade própria, os deveres inerente ao cargo que ocupavam pois, deixaram, cândida e pacificamente a Nação chegar a este ponto, Portugal cair na bancarrota, sem que fizesse fosse o que fosse para evitar tal.

36°

E muito podiam fazer, bastando ver os poderes dos eleitos para os cargos políticos, concretamente os Arts. 133°, 182°, 197°, 198° e 199° da Constituição da República Portuguesa.

37°

Os sucessivos titulares de cargos políticos que lideraram os destinos de Portugal, não usaram um único poder, que fosse, visando prevenir que caíssemos na presente situação e sempre souberam de tudo o que se estava a passar pois foram, obviamente os cidadãos mais bem informados de Portugal.

38°

Rigorosamente nada fizeram porque nada quiseram fazer, sendo que uns limitaram-se a publicamente a avisar do caminho que se seguia, mas de forma estéril e inócua, qual bombeiro pirómano a avisar que vai haver fogo, a saber que vai haver fogo, esperando o fogo aparecer para se limitar a olhar para ele a dizer: eu avisei, sem que nada tenha feito para o evitar.

39°

Tal não chega, deviam ter agido. A Constituição impõe-lhes tal acção e ao não agirem violam consciente e gravemente os seus deveres levando Portugal a uma perda de soberania e consequente independência nacional.

40°

De facto, desde o ano 2000 que o Estado se estava a transformar num monstro. Quem o disse foi um, então, minimamente prestigiado economista que havia conduzido durante 10 anos os destinos do País.

41°

Monstro que nenhum dos titulares de cargos políticos com capacidade de decisão teve a coragem de enfrentar, verificando-se agora que tal monstro se alimentava autofagicamente e alimentava, e alimenta ainda, todos aqueles que o rodeavam que, em vez do servirem, se serviam dele.

42°

É público e acessível a todos que entre 2005 a 2010 " Portugal pediu emprestados, em termos líquidos, 81 mil milhões de euros, correspondentes, em média, a 44,3 milhões diários e a 1,8 milhões por hora. Trata-se de valores insuportáveis e que, fatalmente, nos conduziram a uma situação dramática como aquela em que estamos: e há interrogações que é forçoso colocar. Durante tanto tempo ninguém se apercebeu deste descalabro? O que fizeram os governantes para evitar esta corrida (...) para o abismo? Que destino demos a todo este dinheiro? Que benefícios conhecemos que o justificasse? Quem mais beneficiou com o nosso endividamento? Quem nos «forçou» a contrair estas enormes dívidas? (...) Como é de esperar, ninguém responderá. Ainda pior que o silêncio, ninguém será responsabilizado. Nem nas urnas, o que seria coisa pouca. Nem nos tribunais, porque os autores das leis têm o cuidado de o evitar." CARREIRA, Medina (2011). O fim da ilusão

43°

Ora, "quem falha tem de pagar as consequências de falhar (...) num regime de responsabilização. E o que verificamos em Portugal é que não há responsabilização e não havendo responsabilização não há decência na actividade profissional. E ao não haver decência, está-se a contribuir para todo este caldo de confusões em que a economia tem vindo a evoluir com os resultados que se conhecem." António Nogueira Leite em "Uma tragédia portuguesa"

44°

"Mas as maiores responsabilidades pelo insustentável endividamento externo do país têm de ser atribuídas aos decisores financeiros públicos (incluindo os políticos) que, de forma incompetente e opaca, autorizaram e contraíram sucessivos empréstimos que se mostram objectivamente excessivos e incomportáveis para a capacidade financeira de Portugal." MORENO, Carlos (2010). *Como o Estado gasta o nosso dinheiro*

45°

Os destinos de Portugal como nação estiveram nas mãos de sucessivos titulares de cargos políticos com capacidade de decisão que exerceram os seus poderes e funções numa completa adulteração e desvio dos fins das mesmas, com um escandaloso desrespeito e violação dolosa pelos deveres inerentes aos cargos o que redundou no submeter Portugal à soberania estrangeira da Troika pondo em perigo a independência nacional, estando a Soberania una e indivisível irremediavelmente perdida.

46°

Verificam-se pois cumpridos e preenchidos todos os requisitos legais para que se possa prosseguir criminalmente os responsáveis políticos pela catástrofe e perda de Soberania em que Portugal se encontra, por Traição à Pátria

DFT⁴

Termos em que e nos mais de direito se requer a V. Ex^a. se digne promover o competente Procedimento Criminal contra aqueles que foram titulares de Cargos Políticos com capacidade de Decisão, Poder Soberano ou Executivo entre 1998 e 17 de Maio de 2011, visando apurar a responsabilidade dos mesmos no estado de perda de soberania e independência a que Portugal chegou, devendo aqueles que comprovadamente tiverem responsabilidades em tal situação ser acusados pela prática do Crime de Traição à Pátria, seguindo-se os demais termos processuais.

Junta: Procuração forense

TESTEMUNHAS:

1 – **LUÍS SOUSA**, a ser citado para RCP Edições, Pr. João Martinho de Freitas, 360 6D – 2750-388 Cascais;

2 – **JOÃO TRIÃES**; a ser citado para RCP Edições, Pr. João Martinho de Freitas, 360 6D – 2750-388 Cascais;

3 – **MARIA DE LURDES VALE**, a ser citada Gradiva Publicações, S.A. – Rua Almeida e Sousa, 21 – r/c esqº - 1399-041 Lisboa;

4 – **JOSÉ MOURAZ LOPES**, a ser citado para Edições Almedina, S.A., Rua Fernandes Tomás, 76 -3000-167 Coimbra;

5 – **CARLOS MORENO**, a ser citado para Caderno, Edições Leya – Rua Cidade de Córdova, nº 2 – 2610-038 Alfragide;

6 – **PAULO FERREIRA**, a ser citado para Edições Leya, Rua Cidade de Córdova, nº 2 – 2610-038 Alfragide

7 – **ANTÓNIO DO PRANTO NOGUEIRA LEITE**, a ser citado para Caixa Geral de Depósitos Av. João XXI, 63, 1000 - 300, Lisboa;

8 – **JOÃO PEDRO MARTINS**, a ser citado para a Rua Amélia Rey Colaço, 40 S/24 – 2790-017 Carnaxide;

9 – **ABEL L. COSTA FERNANDES**, a ser citado para Edições Almedina, S.A., Av. Fernão Magalhães, 584 – 5º - 3000-174 Coimbra;

10 – **HENRIQUE MEDINA CARREIRA**, a ser citado a TVI, R Mário Castelhana 40, Queluz Bxº, BARCARENA, Lisboa 2730-120, Oeiras

O ADVOGADO:

Pedro Nuno N. Pereira Pinto

Pedro Nuno N. Pereira Pinto
Advogado
Cont. 197 101 123 (1821)
Ed. Prof. 5185 - P
Rua Brito Capelo 508, 3º, S/3
4150 - 067 - Matosinhos
Tel. 229375870 / 229387473
Fax: 22987473